

## ORALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE PROPÕEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS?

Camila Beatriz Balbino dos Santos<sup>1</sup>  
José Gabriel Farias de Brito<sup>2</sup>

### RESUMO

A comunicação, seja oral ou escrita, constitui parte fundamental do convívio social humano, pois é ela que media as relações entre sujeitos e são as interações verbais que permitem ao homem adequar-se aos diferentes contextos sociais. Dessa forma, é perceptível a importância do desenvolvimento dessa habilidade na formação do alunado desde a educação básica, em especial quando trata-se da linguagem oral, haja vista que é a partir principalmente dela que nos comunicamos e exercemos papéis sociais. Sendo assim, este trabalho objetiva analisar o que propõe os Parâmetros Nacionais Curriculares de língua portuguesa (Brasil, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) quanto ao eixo da oralidade no ensino fundamental anos finais, a fim de constatar avanços e desafios quanto a articulação ou não dos documentos norteadores da educação com os estudos linguísticos da oralidade. Nossa pesquisa caracteriza-se como descritiva e bibliográfica, haja vista que além desses documentos nos reportamos aos aportes teóricos de Marcushi (2001), Galvão e Azevedo (2015), Bunzen Junior (2016), Travaglia (2017), entre outros. Os resultados preliminares apontam que a oralidade conta com alguns avanços a partir da reflexão de diversos teóricos e homologação de documentos oficiais, que, embora ainda apresentem pontos questionáveis, compreendem o eixo como prática social inerente aos sujeitos.

**Palavras-chave:** Ensino de Língua, Oralidade, PCNs, BNCC.

### INTRODUÇÃO

A comunicação, seja ela oral ou escrita, constitui parte fundamental do convívio social humano, pois é ela que media as relações entre sujeitos. Consoante a Rodrigues & Dantas (2015), são as interações verbais que permitem ao homem adequar-se aos diferentes contextos sociais. Dessa forma, é perceptível a importância do desenvolvimento dessa habilidade na formação do alunado desde a educação básica, em especial quando trata-se da linguagem oral, haja vista que é a partir dela que nós comunicamos, principalmente, no cotidiano e exercemos papéis sociais.

No entanto, por muito tempo a ênfase do ensino esteve ligada à escrita, leitura e gramática, negligenciando o papel da oralidade como prática social. De acordo com Bunzen Junior (2016), desde a década de 30, do século XX, algumas práticas orais começam a fazer-se presente na sala de aula. Entretanto, não como um objeto de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Português pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [camilabeatriz.balbino@gmail.com](mailto:camilabeatriz.balbino@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Letras português da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [gabrielariasletras@gmail.com](mailto:gabrielariasletras@gmail.com).

ensino, autônomo e digno de reflexão. Esse cenário começa a alterar-se entre as décadas de 70 e 80 em que diretrizes curriculares estaduais e livros didáticos começam a abarcar a importância da “comunicação oral”. Contudo, na realidade observa-se que a implementação da oralidade em sala de aula como objeto de estudo ainda enfrenta percalços, apesar da oralidade constituir algo primordial ao indivíduo.

Para tanto, neste trabalho, pretendemos analisar as proposições dos documentos oficiais norteadores da educação, Parâmetros Nacionais Curriculares de língua portuguesa (Brasil, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), quanto ao eixo da oralidade no ensino fundamental anos finais, a fim de constatar avanços e desafios na articulação ou não desses documentos com os estudos linguísticos da oralidade.

Para fins de organização, esta pesquisa compreende mais cinco seções, sendo elas: metodologia, a qual irá se ater aos aspectos metodológicos adotados no trabalho, descrevendo as suas características e apresentando alguns recursos utilizados; referencial teórico, onde apresentaremos as teorias acerca da oralidade, apontando, por exemplo, a concepção de oralidade e gêneros orais para alguns autores, a importância do trabalho em sala de aula com essa habilidade; os resultados e discussões, em que apresentamos as postulações dos PCNs e da BNCC acerca da questão, para isso discorreremos à luz dos aportes teóricos de Galvão e Azevedo (2015), Marcuschi (2001), Bunzen Junior (2016), Travaglia (2017) entre outros. Por fim, apresentaremos a última seção, das considerações finais, em que apresentaremos as conclusões proporcionadas pela pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, nesse sentido “[...] caracteriza-se por ser ‘interpretativa, baseada em experiências, Situacional e humanística’, sendo consistente com suas prioridades de singularidade e Contexto” (Bruchêz *et al*, 2015, p. 3). Quanto aos procedimentos, este trabalho define-se como descritivo de caráter bibliográfico, haja vista que de acordo com Fonseca (2002, p. 32 *apud* Bruchêz *et al*, 2015, p.5) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”. Nesse sentido, a coleta de dados para a construção do *corpus* deste trabalho realizou-se a partir de materiais bibliográficos, a saber a BNCC e os PCNs. Escolhemos esses documentos por serem os principais norteadores da educação básica brasileira.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Muito se tem discutido acerca da inserção da oralidade em sala de aula, principalmente, nos últimos anos com o desenvolvimento de estudos linguísticos e na área do letramento (Bunzen Jr., 2016). No entanto, ainda é comum socialmente a crença de que oralidade e fala são uma só unidade. Para tanto, faz-se necessário diferenciar esses conceitos. De acordo com Marcuschi (2001, p. 25 *apud* Galvão; Azevedo, 2015, p. 253) a fala seria uma forma de produção textual-discursiva oral, adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia, enquanto a oralidade pode-se definir como:

[...] uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso.

A partir disso percebe-se que, embora estejam relacionadas, fala e oralidade distinguem-se, haja vista que a fala constitui a produção em si e não há necessidade de advir de uma educação institucionalizada. Por outro lado, a oralidade diz respeito às habilidades do falante ao apropriar-se dos gêneros orais e materializá-los, através da voz, em diferentes situações comunicativas. Nesse sentido, tratar a oralidade em sala de aula não significa ensinar o aluno a falar, tendo em vista que isso é uma capacidade a qual ele já domina, trata-se, portanto, de prepará-lo para que tenha condições de interagir nos mais diversos contextos e, assim, exercer cidadania. Consoante a Dolz e Schneuwly (2004 *apud* Rodrigues E Dantas, 2015, p. 140) “[...] é papel da escola ensinar ao aluno se apropriar da linguagem oral, em diferentes eventos interacionais, especialmente nos mais formais”. Pois, esses gêneros estão presentes em diversas esferas da vida humana.

De acordo com Marcuschi e Dionísio (2007), toda atividade discursiva se dá através de gêneros. Sendo assim, para compreendermos a oralidade e como ela manifesta-se, convém conceituarmos também o que são gêneros e, posteriormente, o que são gêneros orais. Consoante a Travaglia *et al* (2017, p. 15):

Os gêneros são instrumentos, cuja apropriação leva os sujeitos a desenvolverem capacidades e competências individuais correspondentes aos gêneros. Tais capacidades e competências são capacidades e competências linguísticas e discursivas de construção e de escolha do gênero apropriado para a ação em dada situação social localizada.

Nessa perspectiva gêneros, sejam eles orais ou escritos, são enunciados, situados sócio e historicamente, que atendem às necessidades comunicativas dos falantes/escreventes e apropriar-se disso permite que os indivíduos ampliem suas capacidades, habilidades e competências de acordo com o gênero trabalhado. No tocante aos gêneros orais, Travaglia *et al* (2017) postula que é imprescindível que não concebamos como única característica dos gêneros orais a voz como suporte, pois tal concepção pode causar equívocos quando nos depararmos por exemplo com atividades de oralização de textos escritos, como é o caso da leitura oral de um romance, por exemplo. Sendo assim, os gêneros orais seriam:

[...] aqueles que têm uma versão escrita, mas que têm uma realização prioritariamente oral, usando a voz como suporte. Estariam neste caso, entre outros, gêneros tais como: conferências, representação de peças teatrais, telenovelas e filmes que têm um roteiro ou script, as notícias faladas em telejornais e no rádio que geralmente estão previamente redigidas, recontos, etc. (Travaglia *et al*, 2017, p. 18).

Dessa forma, para o autor, existem gêneros que são orais desde o princípio como é o caso do repente e há gêneros que têm uma versão escrita, mas foram feitos para ser oralizados. Vale ressaltar ainda a diferenciação feita por o autor acerca de atividade e gênero, enquanto o gênero são instrumentos, as atividades são as ações mediadas por objetivos específicos que se realizam pelo uso desses instrumentos.

Ao se referir a oralidade, o que se deve ter em foco é que tal prática vem da junção entre a fala e a escrita. Nesse sentido, Marcuschi (2005) aponta como o uso da fala tem sido imposta nas instituições de ensino, em que ela é tida como um recurso que se encontra em segundo plano, uma vez que a escrita é a modalidade com maior exposição dentro desse âmbito. Com isso, o autor ainda se vale da noção de que não há necessidade de ensinar a prática da fala, mas sim reconhecer que existem diversas formas existentes no que concerne ao uso da língua.

Para o Dicionário de Linguística (2014) a palavra “oral” significa “a língua oral é sinônimo de língua falada”. Visto isso, Marcuschi ainda fala que a língua oral, a oralidade em si, vai além da ideia de expor algo oralmente, já que ela seria um “[...] grande meio de expressão e de atividade.” Destarte, “[...] enquanto prática social é inerente ao ser humano” estando ela vista como “[...] a porta de nossa iniciação à racionalidade” (Freitas; Teixeira; Machado, 2016, P. 202, *Apud* Marcurschi, 2001, P. 35). E como a oralidade em muito é valorizada em culturas menos letradas, essa pode ser uma das razões pela qual é tão pouco organizada nas escolas.

Posto isso, segundo Teixeira (2014, p. 55) há um pressuposto em relação ao

estímulo da fala, e por assim dizer da oralidade, visto que a ideia de que o aluno vai para escola sabendo falar, o torna conhecedor da prática. Porém, percebe-se a contradição, pois conhecer brevemente a língua não torna alguém socialmente disposto a se encaixar nas diversas situações recorrentes no dia-a-dia, precisando então que o indivíduo possua a oralidade como parceira, para um melhor desdobramento em sua vivência. E como a fala se apresenta como valor formador, ela se torna uma ferramenta “para o trânsito nas diferentes esferas sociais e também ajuda no desenvolvimento da escrita e da formação cultural” (Freitas; Teixeira; Machado, 2016, p. 202).

Ferrarezi Jr. (2014) ao abordar a *Pedagogia do silenciamento*, que provém da formação das escolas *moral e cívico*, predominantes do período militar no Brasil, retrata o silenciamento dos alunos. Desse modo, aponta que:

Falar é algo de um poder estupendo, uma forma de convencimento incrível e, por isso mesmo, um poderoso instrumento para resolver questões cotidianas da vida de todos nós. Falar bem é mais do que “falar bonito”, do que usar imbróglios vernáculos para dar a impressão de bem falar; é muito mais do que ser capaz de repetir clichês e outros tipos de frases feitas que impressionam à primeira vista, mas que denunciam a falta de substância do falante em pouco tempo (Ferrarezi, 2014, p.71).

Entendendo o ponto do autor, vale-se mencionar que o indivíduo ao se ater à fala, quer dizer algo, se comunicar, como é visto com as crianças, quando se expressam por meio da oralidade para pedir coisas e conversar com seus familiares e professores. Em muitas vezes essa fala é informal, então, ao perceber essa característica, o professor deve se atentar para o ensino de como se fala e não ensinar a falar. Dito isso, é preciso além de ensinar os conteúdos, ensinar o aluno a falar sobre eles, estimulá-los a isso, pois é o papel da escola, porém isso exige tempo e dedicação, tendo em vista que atividades devem ser criadas para isso, além da mudança de costumes preexistentes, novos valores, adição de novos recursos didáticos e também retoques nos que já estavam sendo usados.

Marcuschi (1996) se atém a quatro premissas para discorrer sobre o trabalho com a língua falada. A primeira premissa argumenta sobre o fato de a língua ser heterogênea e mutável, a qual possui um sentido e um ensino voltado para as noções de uso da língua, o foco é entender os diferentes discursos linguísticos que ocorrem na vivência dos estudantes, deixando de lado a ideia de que a fala e a escrita são dicotômicas e que a fala seria algo não importante para o estudo. Na segunda premissa é dito pelo autor que a fala deve ser ensinada paralelamente a escrita, uma vez que ele concorda com Kato (1987:7 *apud* MAGALHÃES, T.; LACERDA, A., 2007, p. 2) que

a escrita deve sim ser ensinada com maior evidência dentro do ambiente escolar, já que ela pertence a ideia de uma sociedade extremamente letrada, mas também argumenta a favor da união das duas, tendo em vista que a fala influencia a escrita. Com isso, para Magalhães e Lacerda (2007) ao entender as duas fica evidente que só se consegue trabalhar com o ensino da escrita se houver um conhecimento a respeito da fala e de seu funcionamento, sendo “[...] a língua falada como ponto de partida e a escrita como ponto de chegada”.

Sendo assim, fica claro que o aluno não deve abrir mão de sua variedade linguística, seja ela dependente de regionalismos ou expressões de um determinado grupo social em que se encontra. Destarte, é importante que o docente lhe apresente as formalidades que empregam a língua oral, para quando se deparar com as diversas situações sociais que utilizam a oralidade, ele saiba como agir de forma adequada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Partindo de tais concepções, Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018) indicam que desde o momento em que a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96), a qual ocasionou a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, recaia sobre as instituições educacionais a importância de abordar questões de oralidade no ensino regular. Nesse sentido, Antunes (2003 *apud* Dantas E Rodrigues, 2015, p.143) deixa evidente que para realizar esse ensino é preciso que haja a devida atenção para o tal, visto sua demanda para com a interação entre indivíduos, a qual contribui para a fala assim deixar de ser “um mecanismo meramente espontâneo” e se volte para revelar um “caráter convencional”, de modo congruente as “situações propostas” e aos acontecimentos interativos selecionados. Além disso, ao falar sobre a educação e o seu papel para com o desenvolvimento do indivíduo, os Parâmetros Curriculares Nacionais dizem o seguinte: “O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos” (BRASIL, 1997, p.5).

Diante disso, ao longo de seus dizeres, os PCNs afirmam que

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acessos a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de

falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo.

Considerando o exposto, fica claro que deve haver a disponibilização da linguagem formal para os estudantes, mas também não desconsiderar sua fala informal, visto o fato de as duas formas serem essenciais para a internalização da fala nas mais variadas situações orais, sendo importante destacar que não se deve colocar a língua oral em paralelo com a escrita, já que as duas devem caminhar em harmonia sempre, como já foi dito anteriormente no recorrente trabalho. Dessa maneira, partindo das concepções de Magalhães e Lacerda (2007) a forma pública da fala seria o modo como é trabalhada a oralidade. Assim, os PCN expõem que a escola deve proporcionar condições ao discente para que recorra à linguagem oral em momentos de planejamento e concretização de ações orais, como por exemplo, entrevistas, seminários, bancas jurídicas e entre outras, sugerindo situações nas quais essas ações sejam vistas com sentido e significado, uma vez que ao possuir o momento de fala, o aluno precisa saber como utilizá-la da melhor maneira, não podendo expor assuntos que não apresentem pertinência ou relevância para a discussão.

No que concerne aos elementos organizadores dos conteúdos de ensino na língua portuguesa, Dantas e Rodrigues (2015) deixam claro que o documento afirma o fato de que isso depende da “possibilidade e apropriação” por meio do indivíduo, o qual terá de convertê-los “em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediado pela interação com o outro” (BRASIL, 1997, p. 33). E vem disso a relevância em situar o sujeito sobre como e quando utilizar das duas facetas linguísticas, ou seja, da fala e da escrita, no tocante também as suas formas (formal e informal), para ocorrer desse modo uma reflexão e ampliação das competências comunicativas de todos aqueles “envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, já que “é na prática de reflexão sobre a linguagem que pode se dar a construção de instrumentos que permitirão ao sujeito o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação” (BRASIL, 1997, p. 34). Simultâneo aos conteúdos citados e ainda na perspectiva de Magalhães e Lacerda (2007), os PCN disponibilizam em seu exemplar objetivos definidos para a prática oral, em que as atividades são divididas em escuta e produção de textos orais. Com isso, o autor discorre sobre elas ao tocar na questão de que:

A prática de escuta e de produção de textos orais está delineada a partir de gêneros textuais, já que os textos são considerados no

documento a unidade básica de ensino. Os gêneros – cuja diversidade é praticamente ilimitada – são selecionados pelo critério de domínio fundamental à efetiva participação social do aluno. A seleção, consoante o documento, não pode ser redutora, deixando livre a abertura para uma seleção que se encaixe no projeto da escola e das especificidades dos grupos de alunos (Magalhães, T.; Lacerda, A., 1007, P.5).

No que consta à escuta, há uma atenção para os recursos envolvidos na construção dos sentidos, que envolvem conhecimentos semânticos, gramaticais e discursivos e, se observam também os constituintes não-verbais (gestos, linguagem corporal e entre outros) que contribuem para a interação. Então, para os PCN, os discentes precisam ser inseridos em situações que condizem com a realidade de interlocução (conversação), os quais devem ouvir ou mesmo utilizar da fala como forma de fazer manifestações pertinentes para o que estará sendo tratado, com o objetivo de produzir avaliações ao longo da exposição e após ela, se atentando ao tema, a linguagem utilizada e identificar o modo pelo qual ocorrem, em que saibam identificar a forma correta de realizar aquela determinada prática. Nesse viés, ouvir os textos é uma forma de mostrar a fala como ela é realizada, já que mudam de acordo com a situação, com isso o aluno consegue compreender e internalizar as características linguísticas de tal conjuntura.

De modo equivalente, ao inserir a produção, o documento se vale da união entre a língua oral e a escrita, atentando aos valores de pertinência do emissor e do receptor e da circunstância que se sucede. Mediante isso, as questões que abordariam a produção seriam aquelas responsáveis por fazer com que o aluno se prepare previamente para um momento de exposição oral, o qual poderia elaborar um esquema para a memorização do assunto ou mesmo de como ele poderia seguir adequadamente a sua exposição, para quando adentrar nas diversas formas de se expor por meio da oralidade, ele saiba como agir de forma relevante e significativa.

Porém, para Dantas e Rodrigues 2015, os parâmetros curriculares alertam sobre um deslize cometido pela instituição escolar, a qual tende a utilizar da interpretação textual como um meio para a concretização de uma atividade escrita. Assim, a escola ao abordar determinados temas dentro de textos como forma de discussão oral com os alunos, não significa dizer que é um erro, considerando que ocorre a interação entre professor/aluno e aluno/aluno, mas que se a intenção é desenvolver a “competência linguístico-discursiva dos sujeitos no exercício da cidadania, é preciso que sejam dados subsídios ao aluno”, ou seja, é preciso que eles consigam se atentar às “diferentes exigências” do uso oral e também consiga identificar qual forma deve ser inserida naquela situação, seja seguindo a

padronização (língua formal) ou a não-padronização (língua informal).

Consecutivamente a criação e ao uso dos PCNs ao longo dos anos, houve a concepção de um novo documento que iria vir a guiar a educação e o ensino como um todo, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, acerca dela, Melo e Santos (2019) a apresenta como:

[...] um documento de caráter normativo que funciona como referência obrigatória para construção dos currículos escolares das redes de ensino e de suas instituições. É fruto de debates e de várias consultas públicas no Brasil e tem como objetivo definir o conjunto de aprendizagens essenciais aos alunos da educação básica. Com direcionamento restrito à educação escolar, esse documento surge da exigência estabelecida pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.934/96), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e pelo Programa Nacional de Educação (2014) (Melo; Santos, 2019, P.118).

Na mesma perspectiva, Carvalho e Ferrarezi (2018) debatem sobre a homologação desse documento pelo Ministério da Educação no ano de 2017, o qual seria a substituição dos Parâmetros Curriculares, no que consta a nova legislação do Brasil para a educação infantil e o ensino fundamental, tendo em vista que o ensino médio possui a suas próprias diretrizes. Desse modo, para o componente de Língua Portuguesa foi estabelecido o propósito de:

Proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2017, p.67).

Assim sendo, sobre o tratamento das práticas orais, a BNCC (2017) compreende a importância desde a reflexão sobre as condições, as compreensões e as produções de textos orais, até mesmo ao entendimento dos efeitos de sentido provocados pelos recursos linguísticos no gênero selecionado e também, na relação entre a fala e a escrita. Com esse objetivo, recai uma atenção para como ocorrem determinadas produções orais, que surgem de diferentes contextos e situações, as quais dependem da linguagem (formal ou informal) e de termos estilísticos e linguísticos, bem como se atentar para “as diferentes mídias e campos de atividade humana” em que esses textos podem vir a surgir.

Com isso, percebe-se a oralidade como destaque e recai sobre os professores o papel de a utilizar de forma que leve o aluno a ser um ser crítico e autônomo, no que envolve atividades de uma escuta ativa, que incentive a uma melhor compreensão dos textos, para assim possibilitar o entendimento dos mais variados gêneros orais

existentes em toda sociedade. Além do mais, o documento argumenta sobre inserir produções orais dentro da sala de aula, que abordem grande parte dos gêneros orais em vigor, observando os valores que incorporam as estratégias de planejamento e produção, tal qual as formas de se adequar aquela determinada prática. E a partir de uma escuta ativa, deve-se procurar entender os efeitos de sentidos que surgem a partir de recursos linguísticos e multissemióticos, ou seja, recursos e efeitos que podem ir além do verbal, tais como: volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização, expressividade, gestualidade etc. (Brasil, 2017, p.79). E por fim, ao abordarem a relação entre a fala e a escrita retomam a relevância que a união dessas duas facetas linguísticas têm sobre um tratamento eficaz de ambas, para a formação do indivíduo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para tanto, ao fim deste trabalho, percebemos que mesmo que a educação já conte com alguns avanços, em relação ao trato da oralidade em sala de aula, a partir da reflexão de diversos teóricos e homologação de documentos oficiais, que garantem que oralidade deve ser trabalhada como prática social. Entretanto, observa-se que tais avanços ainda não são suficientes para uma verdadeira mudança de paradigma, haja vista que apesar de os documentos contarem com algumas propostas interessantes, as pesquisas às quais recorremos mostram que na prática ainda há o prestígio da escrita em relação à oralidade, que muitas vezes resume-se a prática de oralização, assim, o aluno é privado do desenvolvimento de habilidades comunicativas importantes a sua vida em sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

BEZERRA, MARIA; DIONISIO, ANGELA (Orgs.). Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. *In: Livro didáticos de português: múltiplos olhares*. Campina Grande: EDUFPG, 2020, p. 25-46.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento

preliminar. MEC. 2º ed.- Brasília, DF, 2016.652 p.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRUCHÊZ, A. *et al.* Metodologia da Pesquisa de dissertações sobre Inovação: uma análise bibliométrica. Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, XV., 2015, Caxias do Sul.

CARVALHO, L.; DELMANTO, D. **Português: conexão e uso, 9º ano: ensino fundamental, anos finais.** São Paulo: Saraiva, 2018.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

CARVALHO, R.; FERRAREZI, C. **Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar.** São Paulo: Parábola, 2018.

DANTAS, M.; RODRIGUES, L. Gêneros orais e ensino: entre o dito e o prescrito. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 137-153, dez 2015.

FERRAREZI, Celso (Org.). As quatro habilidades básicas da comunicação em sala de aula. *In: Pedagogia do silenciamento.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p. 67-88.

FREITAS, S.; MACHADO, M.; TEIXEIRA, J. Desafios no ensino da oralidade. **Revista cadernos de estudos e pesquisa na educação básica**, Recife, v.2, n.1, p.197-215, 2016.

GALVÃO, M. A. M.; AZEVEDO, J. A. M. A Oralidade em sala de aula de língua portuguesa: o que dizem os professores do ensino básico. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 249-272, jan./jun., 2015

MAGALHÃES, T. G.; LACERDA, A. P. DE O. Concepções e práticas de oralidade na escola básica na perspectiva dos docentes. **Horizontes**, v. 37, p. e019004, 15 mar. 2019.

MARCUSCHI, L.A.; DIONISIO, A.P. Fala e escrita. Recife: UFPE/CEEL, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino.* 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Concepção de língua falada nos manuais de português

de 1º e 2º. Graus: uma visão crítica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 30: 39, 1997.

MELO, B.; ROCHA, L. Ensino da oralidade no ensino fundamental: abordagens presentes do livro didático. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, n.59, p.13-32, maio/ago. 2014.

MELO, R.; SANTOS, A. O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.9, n.3, p.115-132, set./dez. 2019.

TEIXEIRA, Josina Augusta Tavares. **Eles fala, nois cala: como a escola tem enfrentado o desafio de ensinar a norma culta a seus alunos**. Juiz de Fora: UFJF, 2014. 210p.

TEIXEIRA, L.; et al. *Português 6 (Ensino fundamental)*. São Paulo: Apoema, 2018.

TRAVAGLIA, L. C., *et al.* Gêneros orais – Conceituação e caracterização. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, vol. 19, n. 2, p. 12 - 24, Jul/dez. 2017.